

## **TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS: EXTRATIVISMO DO BABAÇU NO MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO-MA**

Mayara Karla Silva Montenegro <sup>1</sup>  
Sávio José Dias Rodrigues <sup>2</sup>

### **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo analisar a territorialização das quebradeiras de coco babaçu através da compreensão das transformações na produção do cotidiano que a implantação da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos Bioextrativista (PGPM-BIO) tem causado. E de que forma a inserção dessas políticas de incentivo vem transformando a realidade na região.

**Palavras-chave:** Território, PGPM, Extrativismo.

### **Introdução**

A economia gerada em torno do extrativismo do babaçu é o que sustenta muitas famílias no Estado do Maranhão. A palmeira do babaçu é uma riqueza natural que é usada tanto na alimentação, na indústria cosmética, na fabricação de artesanato e em uma descoberta mais recente no processo de produção de Biodiesel. Os estudos acerca da palmeira não são recentes. Encontramos, por exemplo, Orlando Valverde (1957) se referindo ao coco já na década de 1950:

O babaçu é uma palmeira que representa uma riqueza natural digna de toda a atenção pelos poderes públicos, dadas as suas inúmeras utilidades. Dela são extraídos, hoje em dia, sobretudo o óleo empregado nas indústrias de comestível e de sabão, e a torta para alimentação do gado [...] (VALVERDE, 1957:3).

Porém, apesar de ser amplamente utilizada pelas famílias, o uso da palmeira e do coco também tem sido imbricado de problemas. Um dos principais conflitos que as famílias de quebradeiras de coco enfrentam é a privatização de terras por latifundiários. Com a privatização das terras, as mulheres coletoras e quebradeiras de coco babaçu perdem o acesso

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas-História da Universidade Federal do Maranhão/Campus de Pinheiro. E-mail: maya-montenegro@hotmail.com

<sup>2</sup>Doutor em Geografia – UFC Professor do Curso de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros – UFMA. E-mail: saviодiasbr@hotmail.com

aos babaçuais. A construção de cercas e o desmatamento para criação de gado são questões agravantes que ocasionam na perda e escassez do coco babaçu.

Além dessas questões, o crescimento do Agronegócio entra nesse embate, pois expropria o trabalhador do acesso à terra e com isso ocasiona o seu empobrecimento. Esses problemas que as quebradeiras enfrentam no cotidiano na tentativa do acesso as áreas privadas para coletar o coco do babaçu são narrados em BARBOSA (2016):

No Médio Mearim Maranhense os problemas estão relacionados à defesa e à manutenção das palmeiras de babaçu, já que há ações generalizadas de corte e derrubada de palmeiras, e envenenamento de pindovas. Além disso, o cercamento de áreas de extração tem sido bastante comum, juntamente com o impedimento de que as mulheres entrem nas propriedades para coletar o coco (BARBOSA, 2016, p.141).

Diante de todos os conflitos que se estabeleceram entre os camponeses e os grandes proprietários de terra. A luta pelo acesso a terra e ao território vem se articulando através de grupos organizados em defesa dessa prática extrativista. Na década de 90, movimentos sociais se articulam para a sobrevivência das famílias extrativistas, a preservação da palmeira e o controle sobre a sua atividade através do distanciamento dos atravessadores.

O enfrentamento em relação ao latifúndio com o apoio desses grupos vem proporcionando a quebra de algumas barreiras para as quebradeiras de coco, rompendo o monopólio de compra e venda dos atravessadores, possibilitando que os trabalhadores rurais tenham controle sobre os preços de seus produtos e a valorização de sua atividade.

A partir desse momento surgem novas formas de organização, como no caso, a ASSEMA, AMTR, MICQB e a COPPALJ em que os produtores rurais agroextrativistas se associam e estabelecem novas relações de poder, participando ativamente do processo de valorização da economia camponesa, sua sobrevivência e produção. Nesse contexto de lutas foi criado o projeto de Lei do Babaçu Livre que é uma estratégia para regular a economia do babaçu em seus diversos produtos.

Nesse contexto de lutas e enfrentamentos na luta em prol da defesa de uma atividade econômica e de preservação cultural o conceito de identidade se faz presente. Pois as quebradeiras de coco ao se depararem com conflitos territoriais, a perda de seu território de vivência e empobrecimento se identificam através da atividade da quebra do coco como um grupo, e nele encontram forças para buscar seu direito de acesso a terra.

O município de Lago do Junco-Ma, em 1997, foi o primeiro a ter a lei aprovada. A lei do Babaçu Livre é uma vitória de início no âmbito municipal, fruto da luta de membros de organizações sociais, que através de sua resistência e força alcançaram êxito para que a lei fosse sancionada, essa lei é considerada uma das grandes conquistas das quebradeiras de coco que depois veio a impulsionar que fosse levada a criação de uma lei federal.

Argumenta Barbosa (2016, pg.37), que “para além de um olhar economista dos investidores [...] as significações atribuídas por quebradeiras de coco às palmeiras de babaçu, fonte de sobrevivência e motivo de sua identificação, se inscrevem em suas práticas cotidianas [...]”. E são meios de construir sua representatividade na tentativa de transformar relações sociais de subordinação nas quais frequentemente estão envolvidos os grupos sociais que participam nesses movimentos.

O governo federal por intermédio de políticas de complementação financeira contribui para o desenvolvimento rural e a preservação dos recursos naturais através de políticas públicas. As políticas públicas são assim, uma importante ferramenta que leva ao empoderamento da sociedade através de leis, políticas e programas que beneficiem de maneira direta ou indireta os indivíduos sendo isso feito com o reconhecimento das necessidades daquele grupo social.

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM-Bio) implantada em 2009 pelo governo federal, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) atua de duas formas: A primeira é pela subvenção direta, em que o produtor extrativista vende ao comprador a amêndoa e recebe da CONAB o valor de diferença. A segunda é por via de cooperativas, que comercializam e recebem da CONAB o valor de subvenção, repassando para as quebradeiras o valor subvencionado através do que se convencionou chamar nas cooperativas de sobras.

Possibilitando uma mudança no processo de transformação das formas de produção e comercialização de produtos Bioextrativista, compreendendo assim uma demarcação de um espaço de lutas que as famílias camponesas que tiram do extrativismo seu meio de subsistência vivenciam.

## **A Construção do Território e as Políticas Públicas**

O território tem conotação explícita com as mais diversas formas de aquisição de poder, neste enquadra-se tanto o poder político quanto o poder simbólico. Nesse conceito de território entende-se “[...] antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder” (HAESBAERT, 2006, p. 54). Ou seja, o território constitui-se de relações sociais, sejam elas relações de dominação ou carregadas de aspectos da cultura, do que é vivido por uma sociedade. O território vem a ser o espaço onde se estabelecem as relações e nele são atribuídos sentido. Ele adquire forma a partir da apropriação do espaço em uma determinada área.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Raffestin (1993) defende a idéia de que o território não é algo essencialmente material, mas sim uma construção do homem no espaço, é produzida a partir do espaço. Ele entende que território é não só aquele no sentido de poder tomado pelo Estado. Mas também, a construção de um poder simbólico, a partir da ocupação e uso daquele espaço. O território nesse sentido vem a ser constituído das transformações que o ser humano ao habitá-lo promove.

O território é pensado nesse debate nas relações que se estabelecem em seu espaço, as políticas públicas inseridas no espaço territorial são construídas e representam os anseios de uma comunidade. Vem a representar a intervenção do governo no desenvolvimento econômico e social, buscando atender as demandas sociais. E promovendo também o reconhecimento de uma identidade a partir do espaço de vivência e reconhecimento de atividades como a quebra do coco babaçu.

As relações sociais estabelecidas no território estabelecem poder, este poder como é falado por Raffestin (1993, p.58) nos diz que:

O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia” (RAFFESTIN, 1993, p.58).

Nessa ótica, entende-se a participação das mulheres essencial nos movimentos de luta e preservação de recursos naturais, assim significando a constituição de um poder que além de

simbólico, é material e exerce um valor que vai além de porções de terra e transforma a relação dos indivíduos com o ambiente em que vive.

Com a inserção de políticas públicas como o PGPM no cotidiano rural, inseridas por intermédio da cooperativa, cria-se um novo território marcado pelas relações de produção e de poder. Através das organizações se estabelecem novas formas de poder, marcadas pelo uso sustentável da terra e de uma economia que gira em torno de um recurso natural.

O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume apenas a uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação. (RAFFESTIN, 1993, p. 58)

As relações de poder que são estabelecidas no território são partes indispensáveis para a constituição do mesmo. Pois os poderes que se define e se aplica a ele irão vir a caracterizar as relações sociais que existem naquele espaço. Haesbert (2005) caracteriza o território a partir das noções: Política, Cultural e Econômica.

### **O Programa de Garantia de Preços Mínimos no contexto da COPPALJ**

A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ) começa a acessar o Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) no ano de 2013, em um momento que a cooperativa enfrentava uma crise devido à baixa produtividade das famílias quebradeiras de coco, motivada pela presença dos atravessadores, e devido a isso o baixo preço da amêndoa. Com o valor fixado pela tabela do PGPM começa a ser mais valorizada a amêndoa de babaçu. No ano de 2013, o valor do quilo pago pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) estava a R\$1,85, com isto na região a cooperativa estabeleceu a R\$ 1,50 o quilo da amêndoa do coco a ser comercializado. A subvenção repassava a diferença para as quebradeiras.

Nessa perspectiva, se fortaleceu a cooperativa e assim foram conseguindo aumentar a produtividade da amêndoa. A produção da cooperativa subiu significativamente em 2013 com a chegada do PGPM no contexto da COPPALJ, foram aproximadamente 300 toneladas de amêndoa compradas. Em 2014 era em média 467 toneladas de amêndoa compradas pela cooperativa e no ano seguinte, 2015 chegaram a 500 toneladas de amêndoas compradas pela COPPALJ.

A Política de Garantia de Preço Mínimo é inserida no contexto da cooperativa e vem a exercer um importante papel no fortalecimento dessa economia no cotidiano das comunidades de quebradeiras de coco babaçu. O que anteriormente mal dava para a subsistência tem sido considerado moeda de troca, meio de construção de uma economia através de uma política pública implantada. O valor do quilo do coco babaçu mais o valor do subsídio garantem a quebradeira de acordo com sua produção, melhora seus rendimentos e possibilita de criar novas condições de vida e de trabalho. Para as associações, como no caso, a COPPALJ houve um aumento da produção, pois angariou mais quebradeiras para chamar a subvenção.

A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) que se localiza no Município de Pedreiras, na região denominada Médio Mearim, divide seu espaço de trabalho com o MIQCB. A ASSEMA foi criada em maio de 1989, com o incentivo de lideranças locais dos municípios de Lago do Junco, Esperantinópolis, Lima Campos, São Luiz Gonzaga do Maranhão. O objetivo da ASSEMA é de dar apoio a trabalhadores rurais e suas famílias, reunindo cooperativas, organizações, associações através do acompanhamento técnico agrícola, assessoria técnica, jurídica, econômica e política às famílias de trabalhadores rurais, promovendo a produção familiar e a proteção das palmeiras de babaçu no Estado do Maranhão.

A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ) é implantada em abril de 1991 com o intuito de comercializar produtos de origem do coco babaçu. Dentre eles o sabonete, o óleo e o azeite visando viabilizar as famílias caponenses uma alternativa econômica por meio da cultura do extrativismo do babaçu.

Na ASSEMA obtiveram-se dados a respeito da quantidade de pessoas, famílias que estão cadastradas no programa PGPM (Programa de Garantia de Preços mínimos) e pelo MIQCB (Movimento Interestadual das quebradeiras de Coco Babaçu). Em seus dados, sócios estão em média 35 mulheres cadastradas e 80 cadastros ainda em andamento. Relatam também a questão da violência contra as quebradeiras de coco em seu ambiente de extrativismo e todas as lutas que até hoje eles vem superando em prol das quebradeiras e pela continuidade e garantia de políticas que protejam a quebradeira de coco babaçu na região.

São vendidos na ASSEMA os produtos advindos do Coco babaçu como o sabonete, o óleo e também outros produtos como o mel de abelha. Na sede da instituição os visitantes podem ter acesso a informativos, jornais, livretos, revistas sobre a atuação do MIQCB, da ASSEMA e o trabalho que é desenvolvido pela instituição na região. Na sede da Cooperativa



dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPALLJ) onde é recolhido o coco babaçu que é trocado nas cantinas. Foi possível ver como acontece o processo de extração e venda para empresas nacionais e internacionais de cosméticos como a Body Shop, empresa da Inglaterra que dialoga diretamente com os associados da cooperativa na venda do babaçu e sabonete.

Apesar de todos esses ganhos, analisa-se como se vem transformando a relação com a terra em que é visível o processo de devastação da paisagem. Na região do Médio Mearim vemos como ela vem sofrendo uma mudança, visto que anteriormente havia em abundância o babaçu, eram extensos hectares de babaçuais e atualmente a paisagem vem se predominando de grandes fazendas que servem para criação do gado e plantio de soja e milho.

Com a escassez do babaçu na região houve conseqüentemente uma queda na sua produção e para tentar intervir nisso os membros da cooperativa tentaram buscar estratégias para ultrapassar esses problemas, em meio a essa situação, nesse contexto eles conhecem a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e buscaram se inserir nela na intenção de incentivar a produção de babaçu na região e melhorar sua economia.

Com a lei do babaçu livre, as quebradeiras garantem o acesso às áreas de coleta. Porém, isso não acaba com os problemas que enfrentam, ainda existem aqueles que tentam proibir o acesso. Entretanto, acontecem outras situações, muitas vezes os proprietários negociam o acesso aos babaçuais em prol da retirada do coquinho e da palmeira de maneira definitiva de sua propriedade.

A cooperativa de Lago do Junco, por intermédio do incentivo dado pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) tem poder de estabelecer um valor mínimo de venda nessa região, que está na média de R\$1,90 por quilo em que feito à coleta da produção dos associados nas cantinas, a amêndoa é levada até a sede da cooperativa e lá é extraído o óleo que será comercializado no mercado nacional e internacional. Em Ludovico, povoado do município de Lago do Junco, a comercialização do coco babaçu é valorizada graças ao PGPM, pois estabelecendo um preço mínimo e havendo uma subvenção através dessa política, as quebradeiras só negociam a partir do valor estabelecido pela cooperativa.

Na comunidade de Ludovico, a economia gira em torno da cantina, não só na venda para associados, os não associados também possuem poder de compra. Porém, havendo algumas diferenças na venda para o associado à cooperativa e do não associado.

As cantinas funcionam em 7 comunidades do Município de Lago do Junco, são elas: (Centro do Bertulino, Três Poços, Ludovico, São Manoel, Centro do Aguiar, Sitio novo, e centrinho do Acrisio) e o gerenciamento dessas cantinas é feito por membros da cooperativa que são chamados de cantineiros, a cantina é onde se compra a amêndoa e são vendidos os produtos de cesta básica para os associados e também não associados que vivem nas comunidades.

A relação econômica com o babaçu na comunidade do povoado de Ludovico é estabelecida de maneira estrutural organizativa, com enfoque na cantina da COPALLJ no povoado, que funciona como ponto comercial de troca de amêndoa de babaçu e venda de produtos de cesta básica. A cooperativa também participa de feiras de venda de produtos orgânicos advindos da agricultura familiar, vendendo em cidades vizinhas, ela promove quatro feiras itinerantes por ano. Essas ações fortalecem a cooperativa e seu impacto econômico na região.

As quebradeiras aproveitam não só a amêndoa do babaçu, elas aproveitam todas as partes do coco, da amêndoa extraem o azeite e o óleo, da casca se faz o carvão que substitui o gás de cozinha que as quebradeiras utilizam para uso doméstico, economizando e também possibilitando o lucro com a venda do carvão.

Hoje as famílias não sobrevivem apenas do coco babaçu, é um complemento de renda. Muitas famílias trabalham no comércio, na prefeitura, alguns são professores, mas ainda sim mantém a cultura da quebra do coco. Mães, filhas e netas juntam-se em frente à porta de suas casas e quebram juntas. Não na mesma quantidade de que quebravam há tempos atrás, bem menos. Por conta de não haver uma dependência total daquela renda, hoje com os programas de acesso a políticas públicas, as quebradeiras e suas famílias vivem em melhores condições e podem adquirir bens para suas casas com muito mais poder de compra. Podemos ver que, principalmente, as pessoas mais velhas diminuem a quantidade da quebra, o tempo dedicado a essa prática também é bem menor. Isso também acontece por conta de problemas de saúde que impedem que fiquem muitas horas nessa atividade.

Com a quebra do coco babaçu, além da subvenção que recebem do governo federal através da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), troca e venda do coco por mercadorias nas cantinas. No povoado de Ludovico, funciona uma cantina que podemos dizer seja modelo, a mais organizada. Nela está sendo implantado programa de computador para



melhor gerenciamento do fluxo de caixa, isso possibilitará maior facilidade na venda das mercadorias, controle de estoque, controle de compra de clientes associados.

Existe uma prestação de contas para cada cantina, como nos foi relatado pelo diretor da COPALLJ. A prestação de contas é realizada bimestralmente, quando apresenta algum problema em uma das cantinas é feita prestação mensal até que ela consiga se estruturar novamente. As cantinas que apresentam um saldo positivo em seu caixa, sem nenhum tipo de problema podem fazer suas prestação de conta de três em três meses. A prestação de contas é realizada pelos cantineiros que também são membros da diretoria da COPALLJ, esse relatório é apresentado à comunidade e aos diretores da cooperativa em reunião da assembléia.

Ao lado da cantina localizada no povoado de Ludovico, fica a fábrica de sabonetes e de sabão, a fábrica e a história de crescimento delas e como isso vem produzindo um novo olhar na realidade das famílias e geração de renda é ressaltada em diversos depoimentos dos associados. A COPPALJ, a fábrica de sabonetes e o PGPM mudaram a realidade das famílias e da região em todos os sentidos. Garantindo uma possibilidade das famílias melhorarem suas condições de vida e de transformarem o seu território através de uma economia sustentável.

## **Considerações Finais**

A construção de um novo território através do incentivo a produção e preservação de um recurso natural vem transformando a maneira de se olhar e se relacionar com a natureza. O território e as novas formas de lidar com ele por meio da inserção num contexto de economia sustentável possibilita as comunidades tradicionais a se motivarem a lutar por seus direitos e pela preservação ambiental. O governo federal por intermédio de políticas públicas que incentivam o desenvolvimento dessa economia amplia as possibilidades de crescimento de uma região e contribui no fortalecimento da identidade de um grupo.

As políticas públicas, como no caso, o Programa de Garantia de Preço Mínimo de Produtos Agroextrativistas (PGPM) entra nesse debate e dentro do contexto da COPPALJ, ela possibilita a transformação da relação da comunidade com a palmeira de babaçu, e principalmente uma reaproximação das quebradeiras de coco a essa prática que além de econômica tem um sentido e um valor cultural.

O reconhecimento de uma identidade territorial e a valorização de um recurso natural incentivado por um processo de luta e mudanças econômicas regionais possibilita as quebradeiras de coco do Médio Mearim, em especial, do município de Lago do Junco-Ma condições para transformar seu espaço, melhorar sua economia e preservar um recurso natural, lutando contra a destruição desse recurso.

A intervenção no território por intermédio de uma política pública tem possibilitado a comunidades tradicionais seu fortalecimento, reconhecimento de seus direitos, valorização de seus costumes e desenvolvimento de uma economia sustentável.

## **Referências Bibliográficas**

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: Santos, Milton; Silveira, Maria Laura e Souza, Maria Adélia (orgs.). Território – Globalização e Fragmentação. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994 pp. 213-220.

Barbosa, Viviane de Oliveira. Na Terra das Palmeiras: Gênero, Trabalho e Identidades no Universo das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão/Viviane de Oliveira Barbosa. Jundiaí, Paco Editorial: 2016

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO <http://www.conab.gov.br/>

Cordeiro, Renata dos Reis. "VELHOS CONFLITOS EM NOVAS CAUSAS: um estudo sobre processos de ambientalização nos discursos do Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão." (2008).

Figueiredo, Luciene Dias. Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público-lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. MS thesis. Universidade Federal do Pará, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização a multiterritorialidade. Encontros de Geógrafos da América Latina. X, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo, X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu Silva e Guaraciara Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

NOVAES, Jurandir Santos de, and Helciane de Fátima Abreu Araujo. "CARTOGRAFIA SOCIAL NA REGIÃO ECOLÓGICA DO BABAÇU: estratégias de quebradeiras de coco e processos sociais atinentes aos babaçuais." Revista de Políticas Públicas 20 (2017): 179-188.

Oliveira Barbosa de, Viviane. "Trabalho, conflitos e identidades numa terra de babaçu." História Social 14/15 (2008): 255-275.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnografia dos "índios misturados"? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Revista Mana 4(1): 47-77, 1998.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RÊGO, Josoaldo Lima; PAULA ANDRADE, Maristela de. História de Mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Agrária, São Paulo, nº 03, pp. 47-57, 2005.

SAMPAIO, J. L. F. (Org.) ; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de (Org.) ; SILVA, C. N. M. (Org.) ; VASCONCELOS, F. M. T. (Org.) . Espaços, natureza e resistência camponesa no nordeste. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2014. v. 1. 431p.

VALVERDE, Orlando. Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte. In: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, ano XIX, n. 4, out./dez. 1957, p. 381-416.



# GEOGRAFIA DAS REDES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

resistência e rebeldia desde baixo nos territórios de vida

CURITIBA, 1 A 5 DE NOVEMBRO DE 2017